

**A TITULAÇÃO NA FACULDADE DE ARTES DA REAL E PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE DO MÉXICO**

THE GRADUATION PROCESS AT THE FACULTY OF ARTS OF THE ROYAL AND
PONTIFICAL UNIVERSITY OF MEXICO

LA TITULACIÓN EM LA FACULTAD DE ARTES DE LA REAL Y PONTIFICA
UNIVERSIDAD DE MÉXICO

Zaira Navarrete Cazales¹ <https://orcid.org/0000-0002-2293-2058>

¹Universidad Nacional Autónoma de México, México; znavarrete@filos.unam.mx

RESUMO: Analisar o processo de titulação na Faculdade de Artes da Real e Pontifícia Universidade do México durante o período compreendido entre 1583 e 1630. Busca-se compreender as diretrizes, estratégias e requisitos para obter o grau de bacharel, mestre e doutor na primeira universidade da Nova Espanha, bem como seu impacto na formação dos alunos e no desenvolvimento do ensino superior na época. Emprega-se uma metodologia qualitativa de corte documental. Analisam-se fontes primárias como atas de exames, processos de titulação e estatutos universitários, assim como estudos historiográficos sobre a Real e Pontifícia Universidade do México. A genealogia de Foucault foi utilizada como ferramenta teórica para compreender as dinâmicas e influências por trás da formação dos critérios de titulação neste contexto histórico específico. Os resultados deste estudo destacam a importância do processo de titulação no desenvolvimento do ensino superior no México, evidenciando como os critérios estabelecidos nesta época influenciaram os futuros padrões de titulação nas universidades.

Palavras-chave: Titulação; Faculdade de Artes, Real e Pontifícia Universidade do México; Genealogia; Ensino Superior; Nova Espanha.

ABSTRACT: The objective to analyze the graduation process at the Faculty of Arts of the Royal and Pontifical University of Mexico during the period between 1583 and 1630. The aim is to understand the guidelines, strategies, and requirements for obtaining bachelor's, master's, and doctorate degrees in the first university of New Spain, as well as its impact on student formation and the development of higher education at that time. A qualitative documentary methodology is employed. Primary sources such as examination records, graduation files, and university statutes are analyzed, along with historiographical studies on the Royal and Pontifical University of Mexico. Foucault's genealogy is used as a theoretical tool to understand the dynamics and influences behind the formation of graduation criteria in this specific historical context. The results of this study highlight the importance of the graduation process in the development of higher education in Mexico, demonstrating how the criteria established in this era influenced future graduation standards in universities.

Key words: Graduation; Faculty of Arts, Royal and Pontifical University of Mexico; Genealogy; Higher Education; New Spain.

RESUMEN: El objetivo del presente trabajo es analizar el proceso de titulación en la Facultad de Artes de la Real y Pontificia Universidad de México durante el periodo comprendido entre 1583 y 1630. Se busca comprender los lineamientos, estrategias y requisitos para obtener el grado de bachiller, maestro y doctor en la primera universidad de la Nueva España, así como su impacto en la formación de los estudiantes y el desarrollo de la educación superior en la época. Analizar el proceso de titulación en la Facultad de Artes de la Real y Pontificia Universidad de México durante el periodo comprendido entre 1583 y 1630. Se busca comprender los lineamientos, estrategias y requisitos para obtener el grado de bachiller, maestro y doctor en la primera universidad de la Nueva España, así como su impacto en la formación de los estudiantes y el desarrollo de la educación superior en la época. Los resultados de este estudio destacan la importancia del proceso de titulación en el desarrollo de la educación superior en México, evidenciando cómo los criterios establecidos en esta época influyeron en los estándares futuros de titulación en las universidades.

Palabras clave: Titulación; Facultad de Artes, Real y Pontificia Universidad de México; Genealogía; Educación Superior; Nueva España.

Introdução

A educação é um direito fundamental ao qual todo indivíduo deve ter acesso e tem estado presente na história da humanidade desde a sua formação. Focando na educação profissional, inicialmente era voltada para a classe alta, pois era um privilégio ter acesso a ela; as habilidades que as pessoas exerciam eram aprendidas de forma oral, sem a necessidade de um ensino educativo com planos e programas de formação, além disso, não havia muitas ocupações e aquelas que necessitavam de conhecimentos avançados estavam destinadas à classe privilegiada e ao clero.

Diante da necessidade de formar cidadãos competentes para atuar nos diferentes âmbitos da sociedade, no século XII foram criadas as primeiras universidades, que tinham como principal objetivo desenvolver conhecimentos; assim, na Nova Espanha foi fundada, na capital da Colônia, uma Universidade semelhante à de Salamanca, que seria responsável por conceder os graus acadêmicos e era composta por várias Faculdades, uma delas era a de Artes.

É importante mencionar que, durante a época da luta pela independência, o título de Real foi revogado, já que o rei da Espanha deixou de ter soberania sobre o país, então passou a ser chamada de Universidade Nacional e Pontifícia, e mais tarde apenas Universidade do México. Assim, com o passar dos anos, o acesso à universidade continuou sendo um privilégio ao qual apenas as classes altas podiam ingressar, no entanto, durante o governo de Benito Juárez em 1867, uma série de reformas foram estabelecidas que impactaram significativamente o campo educacional, facilitando que pessoas de todas as classes sociais pudessem se inscrever e se formar profissionalmente. Até o ano de 1870, a Real e Pontifícia Universidade do México

desapareceu e o ensino superior foi ministrado nos colégios, deixando de lado, durante esse tempo, o estudo das humanidades, dando prioridade às artes e aos ofícios, bem como ao estudo das ciências naturais.

A formação no interior dessas instituições foi orientada para a constituição de cidadãos capacitados e profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, tendo como objetivo preparar os estudantes sob os mais altos padrões de qualidade, para alcançar esse ponto é fundamental que os alunos concluam seus estudos e, além disso, obtenham o grau e o título de bacharelado escolhido.

Considerando os parágrafos anteriores, o presente artigo tem como objetivo principal examinar o processo de titulação dentro da Faculdade de Artes da Real e Pontifícia Universidade do México. Busca-se entender o procedimento que os estudantes seguiam para obter seu grau acadêmico, bem como analisar as estatísticas de formandos correspondentes ao período entre 1583 e 1630.

Quanto à metodologia empregada, recupera-se uma abordagem qualitativa de corte documental, tendo uma abordagem analítica baseada na genealogia de Foucault, que supõe duas noções relevantes, a de proveniência e emergência, para realizar uma análise dos acontecimentos que dão conta das relações de força, assim como das rupturas, choques e tensões, recuperando as marcas que foram deixadas pelos processos que têm incidência no presente.

De acordo com Foucault, a genealogia se opõe à busca das origens que pretendem captar a "essência exata das coisas", a identidade de si mesma, o dado; pelo contrário, busca no acaso do começo, a contingência, as minúcias dos eventos da história; as surpresas, as sacudidas. Não se trata de ver como "o passado ainda está no presente", mas de "manter o que aconteceu na dispersão que lhe é própria: é perceber os acidentes, as pequenas desvios – ou ao contrário, os retornos completos -, os erros, os falhos de apreciação, os maus cálculos que produziram aquilo que existe e é válido para nós." (Foucault; 1992, p. 13).

A genealogia, como a busca da emergência e da procedência, é a história efetiva, que se opõe a uma visão da história que postula um ponto de vista "suprahistórico", que julga tudo a partir da objetividade. Dessa forma, recupera-se uma série de elementos relacionados com a história cinza e documentalista que permite construir um referencial empírico. Assim, realizou-se uma busca profunda e específica nas diferentes fontes de informação onde se conheceu e recriou uma história da Escola Nacional de Altos Estudos, enfatizando o processo que os estudantes deveriam seguir para obter seu grau acadêmico.

Em relação à busca de informações, esta foi realizada no Arquivo Geral da Nação, no Arquivo Histórico da UNAM, assim como em repositórios de revistas científicas e bibliotecas universitárias, onde foram consultados teses, documentos, livros e artigos.

Para constituir o objeto de estudo, utilizaram-se as seguintes categorias de análise: a) cursos/carreiras oferecidas, b) modalidades de titulação, e c) números de titulação, que serviram como base para construir a história da titulação na Faculdade de Artes da Real Pontifícia Universidade do México. É importante ressaltar que, em seus inícios, o grau de licenciado era equivalente ao de doutor, de modo que esse título indicava que o aluno havia concluído seus estudos de licenciatura.

Quanto à estrutura, este trabalho é composto por quatro seções: no primeiro, expõe-se um conjunto de eventos históricos que deram origem à referida faculdade; como segundo ponto, apresentam-se as disciplinas que estavam disponíveis para os estudantes; no terceiro seção, detalham-se as modalidades de titulação que existiam na época e, finalmente, expõem-se os números dos alunos que obtiveram o grau no período compreendido entre 1583 e 1630.

Faculdade de Artes da Real e Pontifícia Universidade do México

No ano de 1521, os espanhóis, liderados por Hernán Cortés, chegaram à cidade de Tenochtitlán (hoje Cidade do México) e fundaram uma das colônias mais grandes e importantes na América, a qual nomearam Nova Espanha. O Vice-reinado foi formado por diferentes reinos e províncias, entre eles, o Reino de Nova Galícia, que incluía três províncias extremamente relevantes: a Província de Nova Galícia, abrangendo os territórios dos atuais estados de Nayarit e Jalisco; a Província de Zacatecas (abrangendo Aguascalientes e Zacatecas), e a Província de Colima, que permanece com o mesmo nome (Sancho, 1988); na capital, encontrava-se a Real Audiência de Guadalajara.

O Novo Reino de Biscaia estava constituído pelos atuais estados de Durango, Chihuahua e parte de Coahuila; em relação ao Novo Reino de Leão, situava-se no estado de Nuevo León, posteriormente se juntou a Coahuila, Texas e Nuevo Santander. O Reino de Guatemala; o Reino do México ou Temixtitan, estava formado pela capital, Puebla, Oaxaca, Veracruz, Michoacán e Guerrero; além da Capitania de Yucatán, e a Província de Nuevo México, Província do Texas e Las Californias. Cada um dos reinos pertencia à Casa Real da Espanha, no entanto, tinham o seu próprio governador, apesar disso, o vice-rei tinha jurisdição sobre eles, incluindo o reino da capital. Embora o território mexicano fosse integrado por vários reinos e várias províncias,

aspectos como a administração, o clero e a sociedade seguiam diretrizes que eram iguais para todos.

No que diz respeito à sociedade em todas as províncias e reinos, esta estava dividida por castas, onde cada pessoa tinha um lugar designado e uma posição social específica, “através das castas atribuíam-se arbitrariamente certas características como nível de intelecto, habilidades, comportamentos, valores, obrigações, julgamentos morais, etc. [...] dependendo da casta, as aspirações eram controladas (o ofício que podiam exercer, com quem se casar, onde viver, etc.)” (Arquivo Geral da Universidade Nacional Autônoma do México, 2019).

Embora houvesse vários grupos que formavam as castas, os mais significativos eram os seguintes: peninsulares, crioulos, mestiços, mulatos, moriscos e castiços. Assim, as pessoas tinham um ofício ao qual podiam acessar de acordo com o grupo em que se encontravam, tornando muito difícil conseguir uma mobilidade social; no entanto, havia ocupações que os ajudavam a melhorar seu nível, por exemplo, na parte eclesiástica, militar e educativa. No entanto, as pessoas também podiam herdar uma posição social mais alta do que a que tinham ao nascer, além disso, podiam ser adotadas por uma pessoa rica. Em relação à educação, estava destinada à classe alta, ou seja, a nobreza (os peninsulares e os crioulos), que eram os que necessitavam de uma formação para ocupar os diferentes cargos administrativos disponíveis na Colônia, ou para cuidar de seus negócios, ou dos altos postos no clero. Contudo, a instrução não era limitada, pois pessoas de recursos escassos podiam ingressar nas escolas se assim o solicitassem, tendo como exceções os chineses, mulatos e os negros, que estavam excluídos da prática formativa, já que se argumentava que, na sua condição de escravos, não possuíam a “limpeza de sangue” necessária para poder acessar uma educação.

Assim, a educação era direcionada aos homens, já que as mulheres eram instruídas em tarefas domésticas e cuidado com os filhos, bem como em questões artísticas e manuais, como tocar piano, tecer e desenhar. Algumas aprendiam algum idioma e dedicavam-se a tarefas de beneficência, embora as mulheres da classe alta fossem ensinadas a ler e escrever, e algumas até soubessem realizar operações matemáticas simples, no entanto, eram grupos muito pequenos.

No caso das classes baixas, frequentavam a escola crianças e adultos, onde recebiam uma instrução religiosa por parte das autoridades eclesiásticas, já que a Igreja Católica era responsável por ministrar toda a educação nas colônias. Nos primeiros anos da Conquista, "o principal interesse estava em educar crianças e jovens indígenas — pertencentes à nobreza — em temas de religião, pois buscavam que atuassem como elos eficazes para difundir o culto católico ao longo do território recém-conquistado" (Córdoba, 2014).

Como se pode observar, a educação era distinta entre as classes sociais, especialmente no que se refere ao ensino superior, ao qual muito poucas pessoas de escassos recursos podiam ter acesso, sendo a maioria dos alunos da classe alta. É importante destacar que os alunos pobres quase sempre optavam por profissões relacionadas ao clero, enquanto as pessoas da nobreza preferiam os estudos de leis.

No que se refere às escolas, estas localizavam-se nas principais cidades. Inicialmente, existia apenas uma universidade em todo o Vice-Reinado da Nova Espanha, chamada Real Universidade do México, inaugurada em 1553 pelo vice-rei Luis de Velasco. Anos mais tarde, mudou seu nome para Real e Pontifícia Universidade do México, graças a uma bula papal. Tanto o poder real quanto o eclesiástico administravam e dirigiam a escola, o que causava disputas entre ambas as facções. Quanto aos professores, eram membros da Igreja Católica, na maioria bispos e arcebispos. As disciplinas e ensinamentos oferecidos eram direcionados às principais atividades eclesiásticas e às exigências da sociedade da época (Martínez, 2019).

Assim, a Universidade era composta por cinco Faculdades, quatro maiores: Teologia, Cânones (Direito Eclesiástico), Leis (Direito Civil) e Medicina; e uma menor, de Artes, que deveria ser cursada primeiro antes de passar para uma das quatro Faculdades maiores. A Faculdade de Artes era a base do ensino e funcionava como pré-requisito, pois proporcionava uma preparação inicial para posteriormente acessar conhecimentos mais específicos relacionados com Teologia, Cânones, Leis ou Medicina. A Faculdade de Artes estava integrada no mesmo edifício da Universidade, localizado nas ruas de Seminário e Arzobispado no hoje Centro Histórico da Cidade do México, a capital do México.

Cursos Oferecidos

A Faculdade de Artes foi inaugurada com oito cursos, entre eles gramática e retórica, sendo que a primeira tinha uma grande demanda, razão pela qual, pouco tempo após a inauguração da Universidade, em 1570, foi aberto outro curso de gramática e, em 1572, um terceiro. É necessário destacar que, na época analisada na Faculdade de Artes, não existiam licenciaturas como tal, mas sim cursos que conferiam o grau de bacharel em Artes, necessário antes de passar para as Faculdades maiores. Portanto, na cátedra de Artes, era preciso cursar primeiro três anos de retórica e gramática, posteriormente, "a cátedra de Artes seria Filosofia" (Rodríguez, 1993).

Vale mencionar que a Faculdade de Artes recebia esse nome por fazer referência às artes liberais, que se dividiam em estudos de trívio (gramática, retórica e lógica) e quadrívio

(aritmética, geometria, música e astronomia), embora muitas dessas matérias não fossem ministradas na Universidade da Nova Espanha. É importante mencionar que:

“[...] o chamado curso de artes foi inicialmente na Universidade, de apenas um ano; por volta do ano 60, de dois e no 79 de três anos. Os cursantes deveriam ter estudado e aprovado gramática e retórica. O curso de Artes abrangia as matérias que constituíam a educação enciclopédica da época: dialética, lógica, ontologia, cosmologia, que incluía matemáticas e física, organologia, psicologia, teodicéia e ética, embora esta última não começasse a ser ensinada no México até o ano de 1580” (García, 1983).

Com relação às cátedras, elas se dividiam em duas: as Prima (que eram dadas pela manhã) e as Vésperas (que eram dadas pela tarde). As aulas eram ministradas em um horário contínuo das sete às onze da manhã e, pela tarde, das duas às seis (Becerra, 1963). No caso da Faculdade de Artes, desde o início, havia três aulas: duas de Lógica e uma de Filosofia Natural. Nos primeiros anos da Universidade, o latim era a língua principal na escola, portanto as cátedras consistiam em ler os textos nesse idioma, além dos registros dos estudantes sobre sua matrícula e os dados de sua graduação (dados administrativos), assim como algumas partes nos exames finais para poder obter o grau, era necessário falar em latim.

É importante mencionar que, dentro da universidade, cada cátedra lia um livro diferente. Em Gramática e Retórica, eram os oradores, poetas e historiadores clássicos; em Artes, usavam-se os compêndios ou resumos como o Organon e a Física de Aristóteles, enquanto que em astrologia era o Almagesto de Ptolomeu, por meio da Esfera, que era um resumo medieval. Quanto à aula de retórica, sempre foi ministrada da mesma maneira, havia dois primeiros cursos de Lógica, adicionavam-se estudos no último ano de Artes e Filosofia, onde se estudavam aspectos do natural e do moral. No total, eram três cursos, às vezes diminuía para dois ou aumentava para quatro dependendo dos alunos inscritos, isso foi ampliado nos dois últimos decênios do século XVI. Assim, em 1586, “foi aumentada uma cátedra de artes por ser necessária, por outro lado, foi suprimida em 1593 por não haver ouvintes” (Becerra, 1963).

Foi a partir do século XVII que as cátedras foram retomadas e normalizadas; as aulas tinham uma duração de uma hora e eram ministradas pela manhã, das 7 às 8, e de forma simultânea distribuíam-se tanto a cátedra de retórica quanto as duas que sobreviveram de artes. Depois, os alunos iam para outra escola para continuar com seus estudos. A maneira pela qual as aulas eram concedidas era por meio de leituras e anotações, o catedrático lia o texto e os estudantes faziam apontamentos durante toda a primeira meia hora; para validar o dia, o

catedrático tinha que colocar sua assinatura no manuscrito e com isso comprovar que o aluno tinha assistido àquela aula, posteriormente, na outra meia hora discutia-se a lição do dia.

É importante mencionar que, com a chegada da Independência do estado mexicano da Espanha, emergiu uma modificação na formação obtida no interior das faculdades e, em vez de cursos, passaram a ser oferecidas carreiras. Assim, para o ano de 1833, os níveis acadêmicos foram modificados, e no interior da Faculdade de Artes (que passou a ser o Estabelecimento de Estudos Ideológicos e de Humanidades) foram oferecidas as carreiras de Filosofia, Literatura e Ciências Naturais (Pavón, Blasco e Aragón, 2013).

Com base na informação exposta, podemos apontar que os cursos respondiam às necessidades do contexto em que a Universidade se desenvolveu. Assim, com cada mudança no processo histórico, os cursos se transformaram até se conformarem ao que hoje é conhecido como carreiras ou licenciaturas, modificando os níveis acadêmicos e o conteúdo teórico e prático nestes.

Modalidades de Titulação

Quanto aos graus, como já mencionado, eram concedidos três: 1) bacharel, 2) mestre e 3) doutor; o mais solicitado era o bacharel em Artes, pois era necessário para continuar com estudos posteriores, podendo ser obtido após dois anos cursando e aprovando as disciplinas. A obtenção dos graus acadêmicos podia ser feita desde o mesmo ano da inauguração da Universidade em 1553, e nove meses após sua constituição foi estabelecido o regulamento que ditava as diretrizes, onde se expunha que para alcançar o grau de bacharel era necessário cumprir com os cursos que tinham duração de três anos (Rodríguez, 1993).

O processo de titulação, em seus inícios, era longo e com o tempo foi se simplificando, embora a princípio isso se devesse ao fato de os regulamentos serem baseados nos da Universidade de Salamanca. Uma vez postos em prática na Nova Espanha, houve elementos que não se adequaram a essa realidade, o que levou à modificação de alguns aspectos, contudo, cátedras como a de Retórica sempre foram conduzidas da mesma maneira desde que a Universidade foi fundada. Agora, serão listados os requisitos para obter o grau de bacharel na Faculdade de Artes entre 1553 a 1580:

- Cursar e concluir os cursos de Sùmulas, Lógica e Filosofia.
- Realizar a solicitação para ler as lições.
- Ler lições sobre alguma das disciplinas anteriores durante 10 ou 9 dias, frente a algum grupo designado, devendo ser 3 de Lógica, 4 de Filosofia Natural e 3 de Moral (Casas, 1998).

- Dar testemunho das leituras apresentando três colegas que atestassem a veracidade delas. Também deviam declarar se tinham visto o estudante em questão frequentar ou não as aulas na Faculdade durante pelo menos os dois anos obrigatórios que eram requeridos.
- Aprovar o exame diante dos examinadores que eram mestres da mesma Faculdade ou de alguma outra, que se apresentavam no dia do exame, faziam perguntas e debatiam as respostas do estudante; este passo também era conhecido como "a sustentação no ato das conclusões" (Casas, 1998).
- Solicitar o grau ao reitor.
- Para receber o auto de grau era necessário realizar o pedido em latim.
- Realizar o pagamento pela obtenção do grau. Às pessoas de escassos recursos era concedida a isenção do pagamento pelo direito de realizar o exame.
- Ao ser aprovado e entregue o auto de grau, o estudante propunha um tema, ao qual se chamava "conclusão", os examinadores "argumentavam, aprovavam e davam permissão para subir ao púlpito e dar sua cátedra, podia ser sobre filosofia natural ou Aristóteles" (Casas, 1998).

Nos anos subsequentes, modificou-se o número de cursos que os estudantes precisavam concluir. Assim, os critérios que precisavam ser atendidos para obter o grau de bacharel eram os seguintes:

- Ter concluído os cursos de Súmeras e Lógica.
- Gerar um pedido para realizar as leituras.
- Realizar a leitura das lições.
- Demonstrar, com testemunhas, que fez as leituras. As testemunhas tinham que jurar pela Virgem e por Deus.
- Gerar um pedido ao reitor para realizar o exame.
- Corroborar que os cursos foram cursados e aprovados.
- O reitor concedia a autorização para que os examinadores realizassem o interrogatório.
- Se o estudante passasse no exame, ele informava ao reitor e fazia o pedido para receber o grau.
- Realizar o pagamento pela obtenção do grau. Às pessoas pobres, era concedida a isenção do pagamento pelo direito de realizar o exame.
- O reitor designava um professor para conceder o grau.
- Era entregue o auto de grau.

- Realizava-se uma aula perante a escola.
- As conclusões eram afixadas nas portas da Universidade.

Antes de continuar avançando no texto, convém fazer algumas observações. Primeiro, o objetivo das leituras era demonstrar a capacidade de ministrar uma aula; e segundo, quanto ao documento mencionado, este era entregue no local onde o documento era concedido. Além disso, o nome do documento foi mudado em 1557 para "acta de bachiller" (Casas, 1998). Terceiro, o reitor estava presente nas primeiras cerimônias de entrega dos documentos, mas posteriormente deixou de comparecer, e apenas os examinadores e o bedel, que era a pessoa que apresentava o estudante ao encarregado de entregar o grau, poderia ser um mestre destacado ou um catedrático.

O júri era composto por três mestres, dois de Artes e um de Teologia ou Medicina, cada um fazendo três perguntas sobre as disciplinas de Sumulas, "lidas através dos compêndios escolares ou summulae [Summulae logicalis magistri Petri Hispani], a reinterpretação escolástica da lógica e da filosofia natural de Aristóteles" (González, 1986). Quanto à Lógica e Filosofia, as perguntas eram feitas pelos catedráticos por ordem de antiguidade, uma tradição que se manteve mesmo quando se exigia a aprovação de dois cursos.

Em 1572, com a chegada dos Jesuítas à Nova Espanha, foi fundada a Companhia de Jesus, e dois anos mais tarde, nesta escola, implementou-se o ensino das humanidades (González, 1986), ministrado por meio da lógica, filosofia e gramática, assim como organizado na Espanha, o que continuou até 1628. Devido à abertura desta nova escola que oferecia um serviço gratuito, a matrícula na Faculdade de Artes da Real Universidade do México começou a diminuir significativamente, pois os alunos só frequentavam a Faculdade para obter o grau, sem participar de outros cursos na instituição.

Em 1578, surge a modalidade de graus por suficiência, que inicialmente foi orientada apenas para os alunos externos, sendo o primeiro a realizá-la um estudante vindo da escola dos jesuítas. Embora, quando essa nova forma de conceder graus começou, os alunos externos fossem poucos, com o tempo o número aumentou, o que levou à decisão de aplicar essa modalidade a todos em geral, pois era menos complicado do que a leitura de textos para a obtenção de grau. A Faculdade de Artes concedia o grau por suficiência, tanto aos estudantes que estavam na Universidade quanto aos alunos que vinham de outros colégios, sendo a única a fazer isso, talvez porque fosse uma faculdade menor e os requisitos para ingresso nela não eram tão rigorosos.

Já para 1587, a Faculdade aumentou de 10 para 50 alunos, isso porque os jesuítas, que também ministravam aulas de nível superior, diminuíram o número de lições que davam em

suas escolas, o que fez com que muitos de seus alunos se transferissem para a Real e Pontifícia Universidade do México, o que gerou o aumento do número de estudantes e alguns processos que eram realizados para obter o grau de bacharel já não eram viáveis, por exemplo, o caso das leituras que implicavam um tempo considerável no processo de obtenção de grau (Becerra, 1963).

Posteriormente, em 1589, a modalidade de graus por suficiência tornou-se a única para todos os estudantes, onde o requisito das leituras foi eliminado, focando exclusivamente na apresentação do exame, a partir de 1589, os arquivos mostram que em Artes acabaram os processos de grau onde os candidatos liam lições e depois recebiam o grau (Casas, 1998).

Assim, a Faculdade de Artes teve seus altos e baixos durante a época colonial, em grande parte porque havia outras escolas como a dos jesuítas, as ordens religiosas e os seminários conciliares que se apresentavam como locais onde eram oferecidos os cursos necessários para obter os conhecimentos requeridos para alcançar o nível de bacharel, mas com mais facilidades de acesso econômico, o que fez com que a população optasse por frequentá-los. Foi por isso que a Faculdade de Artes aumentava e diminuía seus cursos, por exemplo, o de gramática, que após chegar a ter até três cátedras, em 1602 teve que ser fechado, estabelecendo-se o curso de retórica como o único vigente. A situação que gerava tensão entre esses centros escolares jesuítas e a Universidade terminou com a proibição de que centros religiosos pudessem expedir títulos (González y Gonzalbo, 1986).

Referente às modalidades de obtenção de grau, em 1626 estabeleceram-se dois tipos: por cursos e por suficiência. Para se formar pela primeira modalidade, os estudantes tinham que ter cursado três cursos e estar matriculados para que estes fossem válidos. Se fossem alunos estrangeiros, deveriam ter sido certificados. Os únicos que podiam isentar-se de ter estudado os cursos eram as pessoas que vinham de outros reinos.

Quanto ao exame final diante do júri, a classificação era dada no mesmo dia e o grau podia ser concedido naquele momento ou no dia seguinte. Durante o exame, o júri composto por catedráticos perguntava pela ordem de antiguidade de seus membros, realizando questionamentos sobre Súmulas, livros de Lógica Magna e, por último, de Filosofia Natural. Se o aluno fosse aprovado, era-lhe concedido o grau de bacharel, com o qual se mostrava que ele possuía os conhecimentos necessários que precediam ao próximo grau, o de licentia docendi, com o qual poderia ministrar aulas (Pavón, Blasco e Aragón, 2013).

A licentia docendi era o grau de licenciado ou mestrado, que como o nome indica, consistia numa autorização ou licença para poder ensinar. Para obter esse grau, os alunos deviam passar por dois processos, um estágio e um exame; assim, por um tempo determinado,

o estudante realizava algumas práticas docentes, onde ajudava os mestres da universidade na leitura de textos correspondentes às aulas, integrando-se como um docente que podia dar aulas na universidade, “a este período conhecido como 'estágio'” (Pavón, Blasco e Aragón, 2013). Os estágios podiam variar e isso dependia da disciplina cursada, sendo o de artes o de menor duração, ao qual se assistia por três anos, enquanto os outros tinham uma periodicidade de quatro anos.

Após o estágio, os estudantes se apresentavam perante um júri para realizar um exame, que consistia em ministrar uma aula na universidade com catedráticos e alunos presentes, essa avaliação pretendia saber se a pessoa estava pronta para atuar como docente e assim poder ensinar (Verger, 1994).

O grau de doutor, que era o mais alto e, no caso da Nova Espanha, quem o concedia era o mesmo grupo de doutores da Universidade, tendo em seu poder a capacidade de escolher com quem debater. O estudante só tinha que solicitá-lo e realizar o pagamento correspondente por isso (Hastings, 1997), assim, esse grau podia ser obtido dias depois do grau de licenciado, conferindo plenos direitos dentro da universidade.

Dessa forma, pode-se mencionar que o bacharel poderia ser considerado como um catedrático, o licenciado era um catedrático que recebia uma licentia docenti reconhecida pelos eclesiásticos e, finalmente, o doutor fazia referência a um catedrático que havia sido reconhecido por seus colegas (Hastings, 1997).

No século XVII ocorreram algumas transformações na obtenção de graus, pois os Reis Católicos estavam interessados em contar com um governo capaz e profissional; no caso do grau de bacharel, o ensino se concentrou na aquisição de conhecimentos; para os licenciados, o tempo de estágio transformou-se em um tempo de estudos: “[...] estatui-se e ordena-se que nenhum bacharel de qualquer faculdade que seja, que queira entrar em exame secreto para se tornar licenciado nesta universidade, seja admitido ao exame até que conste [...]” ter passado estudando quatro anos depois de se tornar bacharel ou poder ter se tornado (Hastings, 1987).

Com base no anterior, os conhecimentos tornaram-se extremamente essenciais para quem ostentava o grau de licenciado, permitindo que os alunos tivessem acesso a uma maior quantidade de livros que complementassem sua preparação.

No ano de 1823, ao finalizar o período da Independência da Nova Espanha, foi instituída uma modificação na obtenção dos graus de ensino, os quais teriam uma semelhança mais próxima ao processo que conhecemos hoje em dia. Dessa forma, foi declarado um decreto pelo qual se dava fim ao monopólio que tinha a Universidade, permitindo que qualquer colégio pudesse conceder o grau de bacharel.

Uma década depois, em 1833, foi estabelecida a Direção Geral de Instrução Pública, que seria agora a encarregada de tudo relacionado à certificação educativa. Neste período, as instituições onde se ofertavam os cursos passaram a chamar-se estabelecimentos e a Faculdade de Artes mudou seu nome para Estabelecimento de Estudos Ideológicos e de Humanidades (Gómez, 1934).

Relacionado com a titulação, o grau de doutor transformou-se em um sentido escolástico e agora estava relacionado com a culminação dos estudos mais do que com o acesso a um grupo seleto de acadêmicos. Para 1833, a titulação consistia na apresentação de um exame de conhecimentos gerais, a assistência aos cursos e uma dissertação escrita que, ao contrário das teses que são elaboradas atualmente, realizava-se com 24 horas de antecedência atendendo a um tema selecionado pelo estudante (Pavón, Blasco e Aragón, 2013).

Quanto ao grau de bacharel, este foi modificado por um título, que era obtido uma vez que eram aprovadas as disciplinas do plano de estudos correspondente a cada curso. A partir de 1833, o título de bacharel indicava a culminação de uma etapa escolar.

Em 1859, estabelecem-se os níveis educacionais (primário, secundário e educação superior), o que leva à separação dos títulos e graus universitários. No caso da Faculdade que é objeto de estudo da presente investigação, consideram-se os cursos em literatura, cuja conclusão corresponde aos estudos secundários; as ciências naturais, por sua vez, requerem uma formação extra dentro da Faculdade e para o grau de doutor adiciona-se mais um ano de estudos (Pavón, Blasco e Aragón, 2013).

As modalidades na obtenção de grau vinculam-se ao objetivo da formação dos estudantes, neste caso, pode-se observar que, com o passar dos anos, foi necessário modificar o processo em primeiro lugar, para que não representasse problemas burocráticos que o retardassem e, como segundo ponto, era necessário que a avaliação dos alunos pudesse refletir as habilidades e conhecimentos adquiridos, pelo que o título também se transformou, permitindo que, ao finalizar a formação profissional, os graduados pudessem dar cátedra aos novos estudantes.

Cifras de titulação

De 1583 a 1630, 1.434 estudantes se formaram na Faculdade de Artes, sendo esta a faculdade que teve o maior número de estudantes graduados. As outras alcançaram um número menor, 618 em Cânones, 482 em Teologia, 136 em Leis e 76 em Medicina (Casas, 1998). Pode-se

observar um panorama do total de graduados nessa Faculdade, que pode ser corroborado pelos registros de pagamento por grau realizados pelos estudantes (veja as tabelas 1, 2, 3 e 4).

Tabela 1 - Graduados na Faculdade de Artes, período 1583-1599

Número de graduados na Faculdade de Artes 1583-1599	
Ano	Número de graduados
1583	4
1584	5
1585	20
1586	2
1587	21
1588	8
1589	22
1590	2
1591	35
1592	-----
1593	19
1594	-----
1595	23
1596	5
1597	29
1598	1
1599	36
Total	232

Fonte: Elaboração própria com base nos registros de Pavón, 1995

Tabela 2 - Graduados na Faculdade de Artes, período 1600-1609

Número de graduados na Faculdade de Artes 1600-1609	
Ano	Número de graduados
1600	2
1601	43
1602	-----
1603	56
1604	-----
1605	35
1606	24

LA TITULACIÓN EM LA FACULTAD DE ARTES DE LA REAL Y PONTIFICA UNIVERSIDAD DE
MÉXICO

Zaira Navarrete Cazales

1607	23
1608	28
1609	32
Total	243

Fonte: Elaboração própria com base nos registros de Pavón, 1995

Tabela 3 - Graduados na Faculdade de Artes, período 1610-1619
Número de graduados na Faculdade de Artes 1610-1620

Ano	Número de graduados
1610	36
1611	34
1612	30
1613	28
1614	42
1615	46
1616	40
1617	38
1618	35
1619	34
Total	363

Fonte: Elaboración propia con base en los registros de Pavón, 1995

Tabela 4 - Graduados na Faculdade de Artes, período 1620-1630
Número de graduados na Faculdade de Artes 1620-1630

Ano	Número de graduados
1620	50
1621	67
1622	66
1623	58
1624	51
1625	57
1626	50
1627	50
1629	74
1629	39
1630	34
Total	596

Fonte: Elaboração própria com base nos registros de Pavón, 1995

Tal como pode ser observado nos registros de pagamento por grau realizados pelos estudantes no período entre 1583 e 1630, houve uma variação progressiva entre os alunos que obtiveram o grau de bacharel, com um aumento na última década analisada, na qual se pode notar que os graduados variavam entre 30 e 72.

Conclusões

Retomando os aspectos expostos no presente artigo e a análise da informação sob a perspectiva foucaultiana, propõem-se os seguintes pontos como forma de conclusão. Em primeiro lugar, em relação à questão sobre como o processo de titulação chegou a ser o que é hoje, pode-se notar que ele foi composto por uma transformação na avaliação do conhecimento dos estudantes, que deveria ser adequada à época em que se desenvolviam. Neste caso, propôs-se a formação de cidadãos capacitados para ministrar aulas a novos alunos e, assim, transmitir os conhecimentos adquiridos sob padrões de qualidade.

Assim, o processo evoluiu de um trâmite administrativo em seus inícios para se tornar um momento em que se analisavam as capacidades dos alunos, retomando aspectos relacionados com os saberes formados durante os cursos, a participação em sessões de ensino e a solução de um exame a cargo de um júri composto por membros das diversas faculdades, que avaliavam os conhecimentos por meio de um interrogatório. Dessa forma, o objetivo de realizar o processo de titulação era formar alunos sob os mais altos padrões, conformando uma rede de conhecimentos que lhes seriam úteis para acessar o grau de bacharel e a licentia docendi posteriormente. O exposto pode ser vinculado com a permanência de elementos no processo de titulação e no objetivo da Universidade.

Quanto ao conceito de emergência, tratado sob a perspectiva teórica de Foucault, retoma-se que a titulação teve uma fase de choque, que foi provocada pelo estouro da Independência do México, onde a Real e Pontifícia Universidade passou de seguir os preceitos da Universidade de Salamanca para reger-se pelos próprios, conseguindo com isso que o processo de obtenção do grau diminuísse a burocracia anteriormente apresentada e os cursos evoluíssem para a apresentação de carreiras, onde se retomavam as artes, as humanidades e a ciência.

Relacionado ao número de formandos, a Faculdade apresentou um número considerável no período analisado, com um total de 1.434 estudantes que obtiveram o grau entre 1583 e 1630; assim, o processo de titulação consistia na apresentação de um exame de conhecimentos, na assistência aos cursos e em uma dissertação escrita que, ao contrário das teses que são

elaboradas atualmente, era realizada com 24 horas de antecedência, estabelecendo um precedente nos trabalhos atuais.

A análise dos inícios da titulação na Real e Pontifícia Universidade do México permite-nos compreender os significados desse processo tomando como referência os cursos oferecidos, as modalidades e as cifras desta, reconhecendo que os graus acadêmicos de bacharel, licenciado e doutor existem nas universidades desde suas origens e persistem até hoje, dando conta de suas características, mudanças e permanências.

Referências

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (AGN). *AGN, Recuerda la apertura de la Real y Pontificia Universidad de México*. (Ciudad de México, Gobierno de México, 2019). Disponible en: <https://www.gob.mx/agn/articulos/agnrecuerda-la-apertura-de-la-real-y-pontificia-universidad-de-mexico>. Acceso en: 29 nov. 2021.

BECERRA, José. *La organización de los estudios en la Nueva España* (Tesis de pregrado, Universidad Nacional Autónoma de México) 1963. Disponible en: <http://132.248.9.195/pmig2019/0123621/Index.html>. Acceso en: 21 jan. 2024.

CANIEGO DE GUZMÁN Gaona, Sancho. *Lugares - Nueva Galicia (reino, jurisdicción antigua, México)* (Ciudad de México, Portal de Archivos Españoles PARES) 1998. Disponible en:

[http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/autoridad/77906#:~:text=La%20Nueva%20Galicia%20\(oficialmente%20%22Nuevo,Provincia%20de%20Colima%20](http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/autoridad/77906#:~:text=La%20Nueva%20Galicia%20(oficialmente%20%22Nuevo,Provincia%20de%20Colima%20). Acceso en: 18 nov. 2021.

CASAS IÑIGUEZ, Mauricio. *El grado de bachiller en la Antigua Universidad de México, 1553-1630* (Tesis de pregrado, Universidad Nacional Autónoma de México), 1998. Disponible en: <http://132.248.9.195/pdbis/69753/69753.pdf>. Acceso en: 29 nov. 2021.

CÓRDOBA, Mariana. Um acercamiento a la historia de la educación. *Revista Universitaria Digital de Ciencias Sociales (RUDICS)* v. 5, n. 8, p. 92-123, 2014. Disponible en: <https://virtual.cuautitlan.unam.mx/rudics/?p=52#:~:text=La%20educaci%C3%B3n%20de%20las%20mujeres%2C%20en%20la%20comunidad%2C%20se%20recib%C3%ADa,una%20gran%20diferencia%20en%20la>. Acceso en: 29 nov. 2021.

DECRETO. *Facultad a todos los colegios para establecer cátedras de derecho natural, civil y canónico y conferir [menos los de México y Guadalajara] a sus respectivos alumnos todos los grados menores*. México, 13 de octubre de 1823, en Colección de los decretos y órdenes del soberano congreso mexicano. Desde su instalación en 24 de febrero de 1822 hasta 30 de octubre de 1823, en que cesó, México, Imprenta del Supremo Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, p. 209. 1825.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía de poder**. Madrid: Ediciones Altaya.1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**, Madrid, La Piqueta.1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2002.

GARCÍA, Joaquín, **La Instrucción Pública. Dirección General de Bibliotecas de la Universidad Autónoma de Nuevo León**. 1983. Disponible en: <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080013639/1080013639.PDF>. Acceso en: 29 nov. 2021.

GÓMEZ, Valentín, **Ley de 23 de octubre de 1833**, en *Leyes y reglamento para el arreglo de la Instrucción pública en el Distrito Federal, México*, p. 11-23. 1934.

GONZÁLEZ, Enrique. **La universidad virreinal, una corporación**, en *La Universidad de México: recorrido histórico de la época colonial al presente*, México: UNAM-CESU, p. 19. 2001.

GONZÁLEZ, Enrique y GONZALBO, María del Pilar. *La organización de los estudios durante el primer siglo de la Real Universidad de México*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México. 1986. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3302433>. Acceso en: 29 nov. 2021.

MARTÍNEZ Hernández Gerardo, *La Historiografía sobre la Real Universidad de México y sus contextos*, **Revista de Historiografía**, v. 31, p. 231-251. 2019.

PAVÓN, Armando; BLASCO, Yolanda; ARAGÓN, Luis-Enrique, *Cambio académico. Los grados universitarios. De la escolástica a los primeros ensayos Decimonónicos* **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, v. 4, n. 11, p. 61-81. 2013. Disponible en: <https://www.ries.universia.unam.mx/index.php/ries/article/view/100>. Acceso en: 29 nov. 2021.

HASTINGS, Rashdall. **The universities of Europe in the middle agges, Somerset, Oxford University Press**, Real pragmática, en Francisco Fernández del Castillo, México, Consejo de Humanidades, UNAM, p.115-123, 1997.

RODRÍGUEZ, Nina Lorena. **La Real y Pontificia Universidad de México: su pensamiento filosófico y su influencia educativa en la universidad actual** Tesis de pregrado en Universidad Nacional Autónoma de México. 1993.

VERGER, Jacques, **Profesores**, en *Historia de la Universidad en Europa. Volumen I. Las universidades de la Edad Media*, ed. Hilde de Ridder-Symoens Bilbao, Servicio editorial Universidad del País Vasco, 163-191, 1994.

SOBRE O AUTOR

Zaira Navarrete-Cazales. Professora do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) (México). Doutora em Ciências. Pesquisadora do SNII-Conahcyt, nível 2. Linhas de pesquisa: políticas e usos de TIC na educação; formação profissional e construção de identidades; história e perspectiva da pedagogia no México; educação comparada e internacional; inteligência artificial. CE: znavarrete@filos.unam.mx.

Como citar

NAVARRETE-CAZALES, Zaira. A Titulação na Faculdade de Artes da Real e Pontifícia Universidade do México. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 05, n. 12, p. 1-19, jan./dez, 2024.